

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS II, LOCALIZADO NA AV. RIBEIRO JUNIOR, S/N, BAIRRO SÃO FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU - AM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA – ATRAVÉS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 3600001993/2025 – MINISTÉRIO DA SAÚDE.

2. DADOS CADASTRAIS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANACAPURU/AM

C.N.P.J: 04.274.064/0001-31

Endereço: Travessa Maria Walcacer Nogueira, 597 – Terra Preta – Centro, CEP: 69.401-350, Manacapuru/AM.

3. ÁREA REQUISITANTE

A presente demanda está sendo solicitada pela Secretaria municipal de saúde do município.

4. NOME DO RESPONSÁVEL:

PAULO ONETY DE SOUZA FILHO

Cargo: Secretário de Obras

C.P.F: 348.497.262-91

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Este Projeto Básico e seus anexos têm por objetivo estabelecer as condições, diretrizes e especificações técnicas necessárias para a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II, localizado na Avenida Ribeiro Júnior, s/n, Bairro São Francisco, no município de Manacapuru – AM, destinado a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

Para a presente contratação compreende os serviços de:

- Serviços Preliminares e indiretos;
- Fundação;
- Supraestrutura;
- Sistema de vedação vertical;
- Sistema de cobertura;
- Esquadrias;
- Revestimento de parede;
- Revestimento de piso interno;
- Revestimento de piso externo;
- Revestimento de teto;
- Pinturas e Acabamentos;
- Marmoraria;
- Louças, acessórios e metais;
- Instalações hidrossanitárias;
- Instalações elétrica;
- Climatização;
- Dados e voz;
- Urbanização;
- Serviços complementares;

Todos os serviços executados estarão em rigorosa observância as prescrições e exigências deste Projeto Básico e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes da ABNT e aquelas complementares e particulares, dos respectivos projetos e outras pertinentes aos serviços em licitação, bem como as instruções e normas do SINAPI e outros órgãos competentes.

6. JUSTIFICATIVA

A construção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II no município de Manacapuru constitui uma necessidade urgente para o fortalecimento e a ampliação da rede de cuidados em saúde mental, atendendo às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de

Saúde Mental, pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se a importância de ampliar e qualificar a oferta de serviços especializados voltados ao atendimento de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, bem como de indivíduos em situação de crise psicossocial ou em sofrimento decorrente do uso de álcool e outras drogas. A implantação de uma unidade própria e tecnicamente estruturada possibilita a organização adequada das ações terapêuticas, favorece o trabalho da equipe multiprofissional e assegura que os atendimentos ocorram em um espaço projetado para suprir as necessidades desse tipo de cuidado, garantindo acolhimento humanizado, segurança e continuidade ao tratamento.

A implementação do CAPS II permitirá ampliar o acesso da população aos serviços especializados de saúde mental, assegurando acompanhamento terapêutico contínuo e atividades de reinserção social, fundamentais para a reabilitação psicossocial. A construção da unidade proporcionará um ambiente adequado e projetado conforme as normas técnicas aplicáveis, garantindo condições apropriadas para atendimentos individuais e coletivos, salas específicas para diferentes modalidades terapêuticas, espaços de convivência e ambientes que atendam plenamente aos princípios de segurança, conforto e acessibilidade.

Portanto, a execução desta obra configura ação prioritária para Manacapuru, pois, além de atender às necessidades imediatas da população, fortalece a rede municipal de saúde, eleva a qualidade dos serviços prestados e contribui significativamente para a promoção da saúde, do bem-estar e da dignidade das pessoas que necessitam de acompanhamento especializado.

7. JUSTIFICATIVA PARA A MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO” CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA”

A modalidade Concorrência, na forma eletrônica, é adotada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece a preferência pela realização das licitações em meio eletrônico (art. 17, §2º) e prevê a utilização da Concorrência para contratações de obras e serviços de engenharia, especialmente quando o objeto possui relevância técnica e valor significativo. Dessa forma, a escolha da Concorrência Eletrônica assegura ampla competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa, atendendo integralmente aos princípios que regem a Administração Pública.

8. DO SIGILO DO ORÇAMENTO

Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, cita-se:

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

A Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados.

Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas.

Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da

eficiência elou da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.

Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da obra, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, a Prefeitura Municipal informa aos Licitantes que o **ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilhas Orçamentárias e seus Quantitativos.

9. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços aqui propostos deverão estar em conformidade com este Projeto Básico. O prazo para a execução dos serviços, contados a partir da data da expedição da ordem de serviço, será de **60 (sessenta) dias**. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie e ainda pelas disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do mesmo, especialmente **Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021**. A licitante contratada desenvolverá os serviços sempre em entendimento com a **fiscalização** a ser exercida pela **PREFEITURA**, devendo elaborar relatórios sobre o andamento dos serviços quando solicitados. O pagamento dos serviços executados será efetuado mediante a aprovação da fiscalização.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

O valor total de referência para atender a execução do referido projeto é de **R\$ 2.520.000,00 (Dois milhões, quinhentos e vinte mil)**. Os preços bases propostos trata-se da

tabela do SINAPI de 2025, bem como incluso o BDI específico para este tipo de serviço, no percentual de 26,72% para os serviços.

Declaro que este **Projeto Básico** está de acordo com a **Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021**.

Manacapuru – Am, ____ de ____ de 2026.

Raquel Oliveira dos Santos
Engenheira Civil
Fiscal - Responsável Técnica da SEMOSP
CREA-AM RNP 041941435-5

Paulo Onety de Souza Filho
Secretário Municipal de
Obras e Serviços Públicos – SEMOSP
CREA-AM RNP 040865364-7
Decreto nº 018 de 02.01.2025